

## Reforçar cooperação e denunciar agressões externas

OS CINCO países africanos de expressão oficial portuguesa concluíram na 4.ª-feira, na Cidade da Praia, uma «cimeira» de dois dias — a terceira, desde 1979 — acordando reforçar a cooperação económica, política e diplomática entre si e condenando as agressões sul-africanas a Angola e Moçambique. A declaração final contém ainda uma discreta acusação ao Governo de Lisboa pela sua complacência perante as actividades em Portugal de grupos hostis aos regimes das ex-colónias portuguesas.

A «cimeira», presidida pelo chefe do Estado da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, reuniu na Cidade da Praia os Presidentes José Eduardo dos Santos, de Angola, João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau, Samora Machel, de Moçambique, e Pinto da Costa, de S. Tomé e Príncipe, acompanhados por vários ministros e altos funcionários dos respectivos

Governos. Presente ainda, a título de observadora, uma delegação de Timor-Leste, chefiada por Mari Alkatiri.

Os objectivos fundamentais da reunião foram apontados pelo Presidente Aristides Pereira na sessão inaugural, ao salientar que os cinco países participantes procuram as vias e os meios para uma acção comum, coordenada e eficaz, e que possa preservar a soberania e a integridade territorial de cada um. E — noutro plano — desejam criar uma estratégia comum para fortalecerem os laços políticos e diplomáticos entre si, com os restantes Estados africanos, com Portugal e com outros países, tanto ocidentais como do Leste.

### Cooperação e não-alinhamento

Com vista a reforçar os laços

entre os cinco países, a «cimeira» aprovou que fosse criada uma Comissão de Cooperação Económica, integrando a subcomissão das Finanças e a dos Transportes, Comércio Externo e Formação de Quadros. Este grupo de trabalho será presidido por Silvino da Luz, ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, cabendo-lhe incrementar as decisões dos cinco Presidentes e apresentar propostas para o desenvolvimento concertado das relações e cooperação entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

No capítulo da cooperação política e diplomática, decidiu-se aumentar a troca de informações e procurar uma concertação entre os cinco no âmbito das organizações internacionais. Uma comissão ministerial foi criada para o efeito, salientando-se que a cooperação procurada neste campo visa

principalmente concretizar a «opção comum» do não-alinhamento e denunciar e condenar as agressões externas de que Angola e Moçambique são vítimas.

Para o efeito, as cinco ex-colónias portuguesas acordaram em desenvolver esforços no sentido de o idioma português ser reconhecido como língua de trabalho nas organizações internacionais, considerando conveniente, de imediato, alargar as consultas nesse sentido a Portugal e ao Brasil.

### As agressões sul-africanas

No plano internacional, as atenções da «cimeira» incidiram sobretudo na «guerra não declarada imposta a Angola e Moçambique

pelo regime racista sul-africano». A declaração final recorda que Angola «nunca conheceu um momento de paz desde a sua independência (em 1975), sendo obrigada a concentrar a maior parte do esforço nacional na defesa do território».

Acrescenta o documento que os cinco chefes de Estado «**analisaram igualmente, com profunda inquietação, a escalada de ameaças e agressões sul-africanas à República Popular de Moçambique e condenaram veementemente a utilização crescente por Pretória de forças mercenárias e bandidos, que treina, financia, enquadra e comanda contra esse país e outros países da Linha da Frente**» (alusão indirecta especialmente ao Zimbábue).

A declaração final da «cimeira» apoia a independência da Namíbia e a Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU sobre o pro-

blema, denuncia as tentativas sul-africanas de boicotar as conversações e rejeita «as tentativas de estabelecer uma ligação entre a presença de tropas cubanas no território angolano e a independência da Namíbia como forma de entrar no processo de descolonização».

As críticas indirectas a Portugal (assim o foram entendidas, nomeadamente, em Maputo) encontram-se na passagem do documento que refere «**certos países com quem os (...) Estados (presentes na «cimeira») mantêm relações normais de amizade**» que «permitem que os seus territórios sirvam de base de apoio para o fomento e preparação de acções subversivas e terroristas». E os dirigentes dos cinco países «**consideram que a tolerância perante estas acções, que se traduzem na destruição de vidas e bens, torna-se na prática em cumplicidade com os agressores dos nossos países**».